



Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: <https://stc.cfe.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b8bcf4ef-6a17-4ae0-bdb1-8881b30db9bd



BALANÇO PATRIMONIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS GOVERNO Nº 217/2023

Prefeitura Municipal de Paranatama

José Valmir Pimentel de Gois

PREFEITO



Documento assinado digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Assinado em: 31/12/2023
 Código do documento: 66594441-4ac07b1-8881b30db9bd

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	1.881.747,52	2.150.228,90	Passivo Circulante	13.694.373,01	5.983.988,55
Caixa e Equivalentes de Caixa	F 1.853.684,07	2.122.165,45	Obrigações Trabalhistas a Pagar	4.970.853,14	1.169.998,90
Créditos a Curto Prazo	28.063,45	28.063,45	Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores Contas a Pagar	1.291.388,66	2.069.115,12
Clientes			Obrigações Fiscais		
Créditos de Transferências a	28.063,45	28.063,45	Obrigações de Repartições a Outros		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	F 7.432.131,21	3.524.853,41
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajuste de Perdas de Créditos					
Demais Créditos a Curto Prazo					
Investimentos e Aplicações					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadas					
Ativo Não Circulante	24.017.296,62	20.647.315,83	Passivo Não Circulante	64.993.784,23	62.988.271,82
Realizável a Longo Prazo	6.796.345,63	5.037.361,16	Obrigações Trabalhistas a Pagar	F 9.042.763,09	7.774.113,46
Créditos a Longo Prazo	P 6.796.345,63	5.037.361,16	Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar	5.023.248,66	5.569.211,87
Clientes			Obrigações Fiscais		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Longo Prazo	P 48.600.623,03	48.600.950,93
Dívida Ativa Tributária	P 254.268,19	254.268,19	Demais Obrigações a Longo Prazo	F 2.327.149,45	1.030.485,56
Dívida Ativa Não Tributária	P 708.747,03	708.747,03	Resultado Diferido		
Créditos Previdenciários RPPS	P 5.833.330,41	4.074.345,94	PASSIVO	78.688.157,24	68.961.660,37
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			Patrimônio Líquido		
Demais Créditos e Valores			Patrimônio Social e Capital Social		
Investimentos Temporários			Adiantamento Para Aumento de		
Estoques			Reservas de Capital		
VPD Pagas Antecipadas			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos			Reservas de Lucros		
Participações Permanentes			Demais Reservas		
Propriedades para Investimentos			Resultados Acumulados	52.789.113,10	44.880.393,96
Investimentos do RPPS			Superávits ou Déficits Acumulados	52.789.113,10	44.880.393,96
Demais Investimentos Permanentes			Superávits Déficits Exercício	7.908.719,14	5.146.672,11
Imobilizado	P 17.220.950,99	15.609.954,67	Superávits Déficits Exerc. Anterior	44.880.393,96	39.949.296,13
Bens Moveis	P 9.508.051,76	8.278.586,91	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Imóveis	P 7.712.899,23	7.331.367,76	Superávits Déficits de Extinção		215.574,28
(-) Depreciação e Amortização			Lucros e Prejuízos Acumulados		
Intangível			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.789.113,10	44.880.393,96
Marcas, Direitos e Patentes					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
ATIVO	25.899.044,14	22.797.544,73	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.899.044,14	22.797.544,73

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Documento Assinado Digitalmente por LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
 Acesso em: 01/01/2024 às 15:56:15
 URL: https://brasil.gov.br/validador/documento: b8bcf4ef-6a17-4ae0-bdb1-8881b30db9bd

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO Financeiro/Permanente	25.867.458,14	22.744.437,22	PASSIVO Financeiro/Permanente	41.105.453,06	57.556.472,16
Ativo Financeiro	1.853.684,07	2.068.908,07	Passivo Financeiro	5.826.083,63	7.051.568,51
			Crédito Empenhado a Liquidar	21.848,98	21,22
			Empenhos a Liquidar Inscritos RAP	13.343.102,58	13.004,10
			RAP Não Processado a Liquidar		
Ativo Permanente	24.013.774,07	20.647.315,83	Passivo Permanente	48.600.623,03	49.600.936,49
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		994.722,21
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potencias Passivos	2.814,16	22,80
Total Atos Potencias Ativos			Total Atos Potencias Passivos	2.814,16	22,80
Superávit / Déficit Financeiro					
001-Recursos Ordinários	11.195.496,26	30.976.558,96			
1xx-Recursos Educação		515.686,32			
2xx-Recursos Saúde					
3xx-Recursos Assistência Social					
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS		1.069.873,96			
5xx-Outras Transferências Convênios	5.610.161,14	55.729.772,52			
6xx-Recursos de Contribuições					
910-Recursos próprios					
920-Recursos Operações Crédito					
930-Recursos Alienação Bens/Ativos					
940-Outras vinculações					
950-Outras vinculações taxas e					
990-Outros Recursos Vinculados					
090-Outros Recursos Não Vinculados					
Total	16.805.657,40	30.055.519,84			

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Apresentação



O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

O Balanço Patrimonial Consolidado de Paranatama, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 217/2023, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos da sigla “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de

Documento Assinado Digitalmente por LUIZ PAULO DE LIMA CAVACANTES JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em https://tce.tce.pe.gov.br/validar/validar_documento?documento=08bcf4ef-6a17-4ae0-bdb1-2881b30b09bd



2022, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2022 o Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 16.805.657,40 em fontes de recursos vinculados, os quais serão detalhados nas notas explicativas. A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

Prefeito

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

Contador

a) Informações Gerais:



Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: https://recepce.pe.gov.br/cepv/validarDoc.aspx?codigo_documento=08cfcfcf-6a17-4ae0-bdb1-8881b20db9bd

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Paranatama – PE (PMP)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.144.426/0001-72
Domicílio do órgão ou entidade: PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Paranatama concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Paranatama; 2) Prefeitura Municipal de Paranatama; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fund o de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Paranatama - PE
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: José Valmir Pimentel de Góis CPF: 370.979.704-72 RG: 2.795.770 SSP PE Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 - victorleonardo1611@hotmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis de continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 9ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 217/2023 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o



saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 1.881.747,52, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		1.881.747,52	2.150.228,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	F	1.853.684,07	2.122.165,45
Créditos a Curto Prazo		28.063,45	28.063,45
Créditos Tributários a Receber			
Clientes			
Créditos de Transferências a		28.063,45	28.063,45
Empréstimos e Financiamentos			
Dívida Ativa Tributária			
Dívida Ativa Não Tributária			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			
Demais Créditos a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadas			



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 1.853.684,07.

Caixa e Equivalente de Caixa	Valor de Saldo ao final do Exercício 2023.
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 0,00
Cota Única	R\$ 1.853.684,07
Cota Única RPPS	R\$
Total	R\$ 1.853.684,07

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	R\$ 0,00	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERINIDADE PAGO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS	R\$ 28.063,45	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	R\$ 0,00	F
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	
Total	R\$ 28.063,45	F



Nota 4) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 – NÃO OCORREU NO EXERCÍCIO.

Nota 5) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2023 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2022 somam R\$ 0,00.

Nota 06) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 24.017.296,62.

Nota 07) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizado no ano de 2022, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
Realizável a Longo Prazo		6.796.345,63	5.037.361,16
Créditos a Longo Prazo	P	6.796.345,63	5.037.361,16
Créditos Tributários a Receber			
Clientes			
Empréstimos e Financiamentos			
Dívida Ativa Tributária	P	254.268,19	254.268,19
Dívida Ativa Não Tributária	P	708.747,03	708.747,03
Créditos Previdenciários RPPS	P	5.833.330,41	4.074.345,94

TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIAS





PREVISÕES DE ARRECADAÇÃO 2023-2027

Base de cálculos com atribuições de referência data base do exercício 2023 adicionados 4%

tomando como princípio para o cálculo dos ultimos 5 anos para compor multas e juros:

	Dívida Não Tributária	Multas/juros	TRIBUTÁRIA	Multas/juros
2023	R\$ 737.096,91	R\$ 28.349,88	R\$ 264.433,72	R\$ 10.170,53
2025	R\$ 766.580,79	R\$ 29.483,88	R\$ 275.011,07	R\$ 10.577,35
2026	R\$ 797.244,02	R\$ 30.663,23	R\$ 286.011,51	R\$ 11.000,44
2027	R\$ 829.133,78	R\$ 31.889,76	R\$ 297.451,97	R\$ 11.440,46
Media Total	R\$ 3.838.802,53	R\$ 120.386,75	R\$ 1.377.171,45	R\$ 43.188,78

Nota 8) CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS: Os créditos Previdenciários RPPS (P) correspondem a um valor de R\$ 5.833.330,41.

Nota 9) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2023 totalizou R\$ 17.220.950,99. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 9.508.051,76, e R\$ 7.712.899,23 para bens imóveis, Quadro de detalhamento patrimonial para o exercício de 2023:

Saldo anterior Bens Móveis= R\$ 8.278.586,91	Aquisições Bens Móveis 2023= R\$ 1.229.464,85	Total de bens Móveis 2023 Mais Incorporações = R\$ 9.508.051,76
Saldo Anterior Bens Imóveis = R\$ 7.331.367,76	Movientações Bens Imóveis = R\$ 381531,47	Total de Bens Imóveis mais incorporações = R\$ 7.712.899,23
Total de bens Móveis + Imóveis em 2023= R\$ 17.220.950,99		



Nota 10) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 13.694.373,01.

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	13.694.373,01	5.943.288,55
Obrigações Trabalhistas a Pagar	4.970.853,14	1.169.398,90
Empréstimos e Financiamentos		
Fornecedores Contas a Pagar	1.291.388,66	2.069.915,12
Obrigações Fiscais		
Obrigações de Repartições a Outros		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo F	7.432.131,21	3.522.753,41

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 4.970.853,14.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	R\$ 0,00	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 4.970.853,14	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 0,00	F
SUBTOTAL	R\$ 4.970.853,14	



Nota 13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2023. **Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.**

Nota 14) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2023 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 1.291.388,66 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi de R\$ 2.069.915,12.

Nota 15) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 16) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são que totalizaram o valor de R\$ 7.432.131,21. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 17) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 64.993.784,23.

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Não Circulante		64.993.784,23	62.958.071,82
Obrigações Trabalhistas a Pagar	F	9.042.763,09	7.734.913,46
Empréstimos e Financiamentos			
Fornecedores e Contas a Pagar		5.023.248,66	5.592.321,87
Obrigações Fiscais			
Provisões a Longo Prazo	P	48.600.623,03	48.600.050,93
Demais Obrigações a Longo Prazo	F	2.327.149,45	1.030.785,56
Resultado Diferido			

Nota 18) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR: Conta o valor de R\$ 9.042.763,09, corresponde as dívidas decorrentes de parcelas em dívidas da Prefeitura junto ao RPPS apresentando este saldo até 31/12/2023.



Nota 19) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS: NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO

Nota 20) FORNECEDORES E CONTAS A LONGO PRAZO: Os Fornecedores e contra a longo prazo tem o valor de R\$ 5.023.248,66 que foram sendo contabilizados durante o exercício um crescimento na ordem de R\$ 569073,21 em relação ao exercício anterior que foi na ordem de R\$ 5.592.321,87.

Nota 21) PROVISÕES A LONGO PRAZO: Decorrem da Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03

– Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário: Nesse contexto, para obtenção do valor do Resultado Técnico Atuarial, o presente estudo realizou um confronto entre os ativos garantidores dos compromissos do plano e as reservas matemáticas que servirão de cobertura para obrigações de benefícios relacionados aos assistidos do RPPS. Portanto, com base no plano de custeio vigente em Lei do IPSEPAR, além da base de dados disponibilizadas e posicionadas em 31/12/2023 R\$ 48.600.623,03, métodos de financiamentos adotados, premissas atuariais e regimes de financeiros empregados, foi obtido o seguinte Resultado Atuarial R\$ 48.600.623,03 para as previsões do Exercício em 2023.

Nota 22) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 2.327.149,45 havendo uma diminuição significativa nas Obrigações a longo Prazo tendo em vista de a diferença foi de R\$ 1.296.363,89 em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 1.030.785,56.

Nota 23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade fez em 2023 valor de R\$ 52.789.113,10 nessa ordem foi verificado um aumento de R\$ 7908719,14 em Relação ao R\$ 44.703.262,05.



ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Aumento de Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	52.789.113,10	44.880.393,96
Superávits ou Déficits Acumulados	52.789.113,10	44.880.393,96
Superávits Déficits Exercício	7.908.719,14	5.146.672,10
Superávits Déficits Exerc. Anterior	44.880.393,96	39.949.296,10
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Superávits Déficits de Extinção		215.574,96
Lucros e Prejuízos Acumulados		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.789.113,10	44.880.393,96

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho



futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

d.5 Quadro de Superávit / Déficit Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit / Déficit Financeiro		
001-Recursos Ordinários	11.195.496,26	30.976.558,96
1xx-Recursos Educação		515.686,32
2xx-Recursos Saúde		
3xx-Recursos Assistência Social		
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS		1.069.873,96
5xx-Outras Transferências Convênios	5.610.161,14	55.729.772,52
6xx-Recursos de Contribuições		
910-Recursos próprios		
920-Recursos Operações Crédito		
930-Recursos Alienação Bens/Ativos		
940-Outras vinculações		
950-Outras vinculações taxas e		
990-Outros Recursos Vinculados		
090-Outros Recursos Não Vinculados		
Total	16.805.657,40	30.055.519,84

E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00



F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 217/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. **Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com



destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G. 2 Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 3. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 4. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 5. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00

Instrumentalização e Metodologia

A análise de balanço patrimonial diagnostica a situação econômica e financeira de uma determinada organização. Ela possibilita uma percepção sobre a **qualidade dos ativos da companhia** e de quais passivos podem afetar negativamente a entidade.

Através desta análise, é possível obter indicadores destinados à melhor **gestão tributária, financeira** e de desempenho da entidade. Isso oferece ao gestor um diagnóstico detalhado da situação **econômico-financeira** e a avaliação da administração.



A análise utiliza relatórios extraídos da própria contabilidade, como o **Balancete Patrimonial** e a **Demonstração de Resultados do Exercício**.

O balanço patrimonial informa sobre todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade. Ele os distribui lado a lado, ao longo de duas colunas, de forma a equilibrá-los.

O termo balanço remete à figura da **balança de dois pratos**, onde num deles são colocados os **ativos** e no outro os **passivos**. O patrimônio líquido da organização também é inserido.

De forma geral, o balanço patrimonial é composto por **três contas principais**: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Antes de entrarmos na composição do balanço, é importante definir o **conceito desses três elementos**.

- Ativos

Os ativos são **parte do patrimônio de uma entidade**, também conhecidos como bens e direitos. Entram nesse grupo qualquer recurso **capaz de gerar benefícios econômicos** futuros para a entidade.

São exemplos de ativos: imóveis, móveis, veículos, equipamentos, máquinas, dinheiro em banco, recursos recebidos pelo aluguel de algum equipamento. Os ativos são separados em duas partes: **ativo circulante** e ativo **não-circulante**.

O ativo circulante representa os **recursos com liquidez menor** que o período de um ano. Entram nessa conta os estoques, as contas a receber, as despesas antecipadas, as aplicações financeiras, entre outras.

Já o ativo não-circulante é composto pelos **bens e direitos com liquidez acima de um ano** ou com natureza fixa e duradoura. Entram neste grupo os investimentos, os imóveis, móveis, veículos, máquinas, entre outros.

- Passivos

Os passivos são representados pelas **obrigações que a entidade possui com terceiros**, que exigirão a liquidação de ativos para serem saldadas. Ou seja, ele representa quais as dívidas e obrigações que a entidade precisa pagar.

Da mesma forma que o ativo, o passivo também é dividido em **duas partes**: passivo circulante e passivo não-circulante.

O **passivo circulante** é composto pelas dívidas e **obrigações acessórias** da entidade com



vencimento menor do que um ano. Entram nessa conta o pagamento de fornecedores, empréstimos de curto prazo, os **impostos obrigatórios** e as obrigações sociais e trabalhistas. Já o **passivo não-circulante** é composto por dívidas e obrigações com prazo de vencimento maior que um ano. Entram nesse grupo os empréstimos de longo prazo e parcelas de dívidas de longo prazo, incluindo seus **juros e taxas**.

- Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido pode ser entendido como o patrimônio que resta **quando todas as obrigações são pagas** com os recursos dos bens e direitos. Ou seja, é a **diferença positiva** entres os ativos e passivos de uma entidade.

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Prefeito

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador